

ANEXO III - LINHAS DE PESQUISA DA FGV DIREITO SP

A área de concentração em Direito e Desenvolvimento é reconhecida em diversos centros de pesquisa ao redor do mundo e se dedica, sobretudo, ao estudo das relações entre o campo jurídico e os processos de desenvolvimento político, econômico e social, isto é, o contexto institucional dos países. O campo jurídico compreende o conjunto de normas, sistemas de interpretação e racionalização destas normas, bem como de instituições responsáveis pela sua elaboração e aplicação. O processo de desenvolvimento, por sua vez, está associado à construção de condições institucionais, materiais e humanas para a ampliação da autonomia de indivíduos e sociedades e, portanto, depende da remoção de obstáculos à expansão desta autonomia - tais como pobreza, desrespeito sistemático aos direitos fundamentais, regressividade do sistema tributário, degradação ambiental ou deficiência dos serviços públicos. Depende, ainda, da ampliação de oportunidades individuais e coletivas geradas pelo crescimento econômico, por políticas compensatórias e de inclusão, educação qualificada, democratização dos mercados, ampliação do acesso ao Judiciário e maior participação na vida pública. A escolha desta área de concentração permite, portanto, atender a um propósito de produzir conhecimento em Direito de uma forma socialmente inserida, afinada com o propósito realista da Escola.

O programa de pós-graduação em Direito e Desenvolvimento está alicerçado em duas linhas de pesquisa: (i) Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social, e (ii) Direito dos Negócios e Desenvolvimento Econômico e Social.

Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social

A linha de pesquisa “Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social” tem como objeto as regras de habilitação do jogo democrático, a distribuição de direitos organizada pela Constituição, tratados e leis específicas, assim como o funcionamento das instituições responsáveis pela produção, interpretação e aplicação do Direito, incluindo, mas não se limitando, o espaço regulatório do Estado nação. A título de exemplo, encontram-se nesta linha o estudo da Constituição, do sistema de justiça, das outras esferas de responsabilização, dos direitos fundamentais e das políticas públicas. Esta linha, portanto, tem em conta as noções de capacidades humanas, autonomia dos indivíduos e sua relação com o meio ambiente e liberdades públicas, assim como as demandas sociais e por bens públicos que, ao lado do crescimento econômico, tem constituído a agenda do desenvolvimento. No contexto de uma sociedade globalizada e interdependente, essas análises devem levar em conta necessariamente a interface entre as instituições domésticas e internacionais na produção e aplicação do Direito.

Direito dos Negócios e Desenvolvimento Econômico e Social

A linha de Direito dos Negócios e Desenvolvimento Econômico e Social destina-se ao estudo do campo normativo que rege o ambiente dos negócios. O programa tem em conta que o crescimento econômico, a circulação e a distribuição de riquezas ocorrem em uma esfera amplamente regulada pelo Direito, em que normas e instituições jurídicas favorecem ou obstaculizam o processo de desenvolvimento, bem como impactam o modo como a riqueza produzida em uma determinada sociedade é apropriada por distintos grupos. Nesse sentido, o estudo das formas de intervenção do

Estado na economia, da organização e efetivação das relações contratuais, da disciplina jurídica da empresa, da governança corporativa e da responsabilidade social das empresas, da democratização do mercado de capitais, da proteção e delimitação da propriedade e de sua função social, dos mecanismos para a reparação de danos e das relações econômicas transnacionais busca contribuir para a compreensão dos mecanismos jurídicos relacionados com o crescimento econômico, com o desenvolvimento sustentável e com a ampliação das oportunidades de autonomia social e individual. Essa linha dedica-se ainda aos mecanismos de regulação econômica, incluindo-se nisso a regulação setorial, a defesa da concorrência e a ação empresarial do Estado, na forma de empresas estatais e bancos públicos.

Como as linhas se relacionam entre si?

As linhas do programa foram formuladas como verso e reverso de uma mesma área de concentração e deste modo buscam contribuir para a melhor compreensão das relações entre Direito, desenvolvimento humano e desenvolvimento econômico. O que aprendemos ao longo das últimas décadas é que estratégias de crescimento econômico dissociadas de desenvolvimento do sistema democrático de questões de justiça distributiva geram desequilíbrios e enfraquecem o desenvolvimento no sentido mais amplo. Os sistemas de distribuição, por sua vez, assim como a própria democracia, ficam fragilizados se não encontram respaldo de um processo de crescimento que dê conta do aumento das demandas por recursos e serviços de natureza pública. A tarefa do Direito, numa sociedade democrática, é contribuir para a articulação dessas duas faces do processo de desenvolvimento. Daí a importância de termos duas linhas que se complementam e que não podem ser dissociadas se queremos ter uma compreensão mais ampla da relação entre Direito e desenvolvimento.

Projetos de pesquisa

Projeto: Regulação, controle e os novos desafios das relações público-privadas

Linha: Direito dos Negócios e Desenvolvimento Econômico e Social

Coordenador: Carlos Ari Sunfeld

As pesquisas procuram discutir, a partir dos fenômenos da regulação e do controle, a conformação da atuação estatal e dos particulares que com ela interagem. Decorre de obrigações constitucionais o fato de as interações público-privadas precisarem estar respaldadas em previsões normativas e sujeitarem-se a mecanismos de controle. No entanto, nos anos recentes, pudemos observar a complexificação do ambiente em que ocorrem essas interações. Por um lado, a proliferação de normas tratando de um mesmo tema, algumas sem clareza suficiente quanto ao seu conteúdo, tem originado certa instabilidade nas interações público-privadas. Por outro, é possível observar o aumento da importância atribuída ao entendimento de controladores, sobretudo o Poder Judiciário e os Tribunais de Contas, a respeito de como essas interações devem acontecer. O aumento dessa importância, muito possivelmente, decorre do poder de sanção que esses controladores detêm e suas repercussões. O objetivo das pesquisas e trabalhos é entender os efeitos e desafios que esse cenário tem trazidos às interações público-privadas. As pesquisas realizam a análise crítica da produção normativa no tema e de decisões administrativas e judiciais que ajudem na compreensão desse atual contexto das interações público-privadas. Como marco teórico, Sabino Cassese, *Il diritto amministrativo: storia e prospettive* (2010), sobre as transformações do direito administrativo e seus desafios atuais, cujas características têm de ser confrontadas com as transformações do direito administrativo brasileiro (Carlos Ari Sunfeld, *Direito Administrativo para Céticos*, 2ª ed., 2014).

Projeto: Right to Health and Technology Assessment in Courts: An Empirical Analysis

Linha: Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social

Coordenador: Daniel Wei Liang Wang

Analisar se a criação da CONITEC (Comissão Nacional para a Incorporação de Tecnologias no SUS) teve algum impacto sobre as decisões judiciais em matéria de acesso a medicamentos. A hipótese a ser testada é que ações para tratamentos que tenham sido avaliados pela CONITEC, mas não recomendados para a incorporação, tenham menor chance de sucesso nos tribunais. Este é um projeto em parceria com universidades no Canadá, Reino Unido e Brasil.

Projeto: Courts and HTA: a comparative analysis

Linha: Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social

Coordenador: Daniel Wei Liang Wang

Análise comparativa envolvendo quatro países - Brasil, Reino Unido, Colômbia e Canadá - para entender (1) como o Judiciário contribuiu para a criação de órgãos de avaliação de tecnologias nestes países e (2) a relação entre estes órgãos, uma vez criados, e os tribunais.

Projeto: Innovative Approaches to Increase Access to Medicines in Brazil

Linha: Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social

Coordenador: Daniel Wei Liang Wang

This research agenda aims at investigating how law and litigation affect the access to high cost medicines in Brazil. Access to drugs is determined by a process that involves intellectual property, marketing authorization, health technology assessment, price negotiation and public funding. This research will analyze the norms that regulate each stage of this process, with emphasis on the role of litigation and courts. Although there is substantial literature on litigation in relation to the public funding of treatments in Brazil, less has been written about judicial claims involving other stages that may have an even greater impact on access, such as patent protection. Moreover, we know far less about how the law and litigation in each stage of this process can affect the others. This is a FGV-Imperial College London partnership.

Projeto: Qual o impacto da atual crise econômica no sistema de saúde brasileiro? O que fazer para garantir força de trabalho e provisionamento de serviços de saúde SP e Maranhão

Linha: Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social

Coordenador: Daniel Wei Liang Wang

O projeto objetiva avaliar o impacto da atual crise econômica no sistema de saúde brasileiro, especialmente nos recursos humanos em saúde e na oferta de serviços de saúde para populações vulneráveis. Para isso pretende analisar dados secundários e produzir dados primários por meio de metodologias quantitativas e qualitativas. O estudo será realizado nos estados de São Paulo e Maranhão, escolhidos em função de apresentarem disparidades em relação à realidade socioeconômica, a organização do sistema de saúde, a disponibilidade de recursos humanos e o estado da saúde da população. Espera-se, com os resultados do estudo, subsidiar a formulação de políticas

públicas e a adoção de medidas visando atenuar eventuais impactos da crise econômica na saúde no Brasil.

Projeto: Jurisdição Constitucional, Direitos Fundamentais e Desenho Institucional

Linha: Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social

Coordenadores: Oscar Vieira Vilhena e Dimitri Dimoulis

Este projeto de pesquisa, desenvolvido junto à linha de pesquisa Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social, no âmbito do Programa de Mestrado Acadêmico da FGV DIREITO SP, apresenta três objetivos principais, que se interrelacionam, dialogam e sobrepõem. Assim, o projeto: i) analisa o papel do STF no exercício do controle constitucional por meio de pesquisas jurisprudenciais, analisa a relação do STF com os demais poderes políticos, identifica e verifica os modelos de interpretação utilizados pelos ministros do STF em suas decisões e realiza o estudo comparado das Cortes Constitucionais; ii) estuda a interpretação e a concretização dos direitos fundamentais no direito nacional e estrangeiro, a partir da perspectiva processual da justiça constitucional e de questões pontuais de teoria (geral) do direito, especificamente no que diz respeito a opções metodológicas sobre a interpretação do direito constitucional e problemas de teoria da norma; iii) estuda o desenho político, social e econômico adotado por marcos legais, nacional e internacionalmente, e a sua relação com o Estado Democrático de Direito.

Projeto: Reforma Tributária Do Brasil

Linha: Direito dos Negócios e Desenvolvimento Econômico e Social

Coordenador: Eurico de Santi

Os vários tributos que no Brasil oneram o consumo, a renda, a folha e o patrimônio são ruins para as empresas, para o cidadão e para as três esferas de governo. Os tributos sobre a renda e sobre a folha, com inúmeros regimes jurídicos distintos, prejudicam o emprego, o salário e a equidade. A tributação sobre o patrimônio merece ser revista em conformidade com o debate informado sobre a função da propriedade, sinalizando segurança jurídica e certeza nas relações intergeracionais. Os tributos que incidem sobre o consumo de bens e serviços (ICMS, IPI, PIS/Cofins e ISS) são complexos, descoordenados, cumulativos, repletos de obrigações acessórias e geradores de enorme contencioso. Tal situação degrada o ambiente de negócios, implica perda da competitividade nacional e dificulta o controle político da carga tributária. A falta de transparência acaba por iludir a percepção do cidadão sobre os tributos embutidos nos preços dos bens e serviços. A proposta desse projeto de pesquisa para a pós-graduação da FGV Direito SP milita no sentido que inovar a produção acadêmica do direito, formulando e propondo novos modelos normativos que otimizem o funcionamento e a aplicação do direito, reconstruindo suas categorias, revisando seus institutos, propondo novos desenhos institucionais e aproveitando das experiências nacionais que possam orientar na superação dos desafios históricos do federalismo brasileiro. A estratégia da reforma da qualidade do sistema tributário busca superar a grande contaminação dos tributos atuais por isenções, incentivos e regimes especiais, buscando construir segurança jurídica mediante a construção de novo paradigma de anterioridade, permitindo que os entes federados ajustem suas políticas de incentivo propondo desenhos que se apoiem em instrumentos mais apropriados. O objetivo final é a uniformização da legislação nacional da tributação sobre o consumo, a renda e a propriedade, criando novo cenário de futuro para o empreendedorismo no Brasil e mantendo a arrecadação constante. A função da tributação moderna é arrecadar, não a de distribuir favores. Os incentivos fiscais e regimes especiais devem ser eliminados, abrindo espaço para a adoção de alíquotas uniformes e mais moderadas. Sem

privilégios, a tributação se torna mais justa e onde todos pagam, todos pagam menos. O projeto pretende delinear novo modelo de sistema tributário simples, neutro, transparente e isonômico. A introdução desse novo paradigma traria grande avanço à tributação no Brasil. Reduz a insegurança jurídica. Elimina a cumulatividade. Acaba com as práticas de cálculos “por dentro” e retenção indevida de créditos acumulados. Incentiva a livre concorrência e melhora o ambiente de negócios, promovendo o exercício da cidadania fiscal rumo à responsabilidade dos governantes negociada, democraticamente, nas urnas.

Projeto: Macrovisão do Crédito Tributário

Linha: Direito dos Negócios e Desenvolvimento Econômico e Social

Coordenador: Eurico de Santi

Enfrenta o debate sobre constituição e cobrança do crédito tributário diante da falência do modelo do contencioso tributário brasileiro, que revela a fragilidade das relações entre o fisco e contribuinte. Este projeto de pesquisa pretende construir soluções legislativas e de políticas públicas para três dimensões: (i) processo administrativo fiscal, (ii) execução fiscal e (iii) norma antielisiva.

Projeto: Argumentação jurídica nos tribunais superiores

Linha: Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social

Coordenadoras: Flavia Portella Püschel

Descrição: Partindo do pressuposto de que a atividade de adjudicação não é mera subsunção, mas tem natureza criativa e política, é objetivo deste projeto de pesquisa investigar se e em que medida a exigência constitucional de fundamentação das decisões judiciais pode funcionar como mecanismo de controle democrático do

exercício de poder pelo Judiciário. A partir do debate teórico sobre argumentação, serão investigadas as possíveis relações entre a fundamentação argumentativa das decisões judiciais em nosso sistema e a legitimidade democrática de tais decisões. Também as características institucionais dos tribunais superiores será objeto de investigação no âmbito deste projeto, no que se refere à relação entre a estrutura dos órgãos judicantes e sua atividade argumentativa. Além disso, com o objetivo de relacionar a discussão teórica sobre argumentação com problemas jurídico-dogmáticos e institucionais concretos, serão analisadas decisões judiciais dos tribunais superiores, de modo a estabelecer suas características argumentativas, sua qualidade em termos retóricos, bem como seu potencial para uniformização de jurisprudência. Este trabalho será feito levando em conta, além do projeto constitucional, as recentes alterações nesta matéria introduzidas pelo novo Código de Processo Civil. Este projeto insere-se na linha de pesquisa Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social, uma vez que tem como objeto o funcionamento do Poder Judiciário, enquanto instituição do Estado Democrático de Direito responsável pela produção, interpretação e aplicação do direito. Relaciona-se ao objetivo da linha de pesquisa em questão na medida em que, busca favorecer a compreensão dos mecanismos jurídicos públicos que habilitam ou constroem a realização do Estado Democrático de Direito

Projeto: Reescrevendo decisões a partir da perspectiva feminista

Linha: Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social

Coordenadoras: Flavia Portella Püschel e Marta Rodriguez de Assis Machado

O projeto é inspirado em projetos de rewriting feminist judgements já desenvolvidos no Canadá, Austrália, Reino Unido e Irlanda. Este projeto visa identificar decisões judiciais de campos tradicionalmente identificados com “a questão da mulher” no direito, como

violência doméstica, mas também campos normalmente considerados neutros quanto ao gênero, como contratos e responsabilidade civil, para realizar uma análise sistemática de seus argumentos e, futuramente, reescrever tais decisões a partir de uma perspectiva que coloque a mulher no centro e o faça a partir de achados e teorias exclusivamente feministas.

Trata-se de um exercício de (re) imaginação do direito e exploração de suas potencialidades quando a falsa neutralidade é abertamente afastada e, com ela, também os vieses (consciente ou não) que fazem do direito um instrumento de subordinação das mulheres. O objetivo não é apenas desconstrutivo, pela crítica do arcabouço legal e jurisprudencial, mas reconstrutivo, ao explorar novas possibilidades conceituais e contribuir para a construção de campos da dogmática jurídica que levem em conta as experiências das mulheres vivendo o direito.

Projeto: Crise do Estado e desafios para a democracia no Brasil

Linha: Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social

Coordenador: José Garcez Ghirardi

Este projeto tem por objetivo examinar as mudanças nos discursos de legitimação, nos desenhos e práticas institucionais e nas garantias políticas dentro do contexto das transformações contemporâneas do Estado, das formas de produção e da subjetividade. De modo específico, busca-se analisar o modo pelo qual essas transformações se manifestam no Brasil, e a maneira pela qual elas poderiam afetar o funcionamento da democracia e das políticas públicas.

A recente crise política brasileira, para lá de suas razões conjunturais, permite entrever desafios mais graves e mais profundos para o país. Ela sugere, de um lado, uma

insatisfação instalada com o funcionamento da democracia, que se traduz em uma crise de legitimidade das instituições. Pesquisas de opinião recentes mostram o descontentamento da população com os partidos políticos (apenas 6% dos brasileiros lhes devotam confiança), com o Governo Federal e Congresso Nacional (11% e 12% de confiança, respectivamente). Em contraste, as Forças Armadas e a Igreja Católica merecem a confiança, respectivamente, de 61% e 57% dos entrevistados. Por outro lado, a virulência das recentes confrontações políticas revela uma fratura profunda nas leituras que diferentes grupos sociais fazem do Estado e de seu papel para os problemas brasileiros. Este projeto tem por objetivo compreender melhor esse quadro, seus fundamentos e suas implicações. Assume-se como ponto de partida que ele representa uma manifestação particular de uma crise geral nos modos de pensar, organizar e imaginar o Estado, que tem lugar no contexto da globalização, das transformações contemporâneas nas formas de produção de riquezas e da subjetividade. No caso brasileiro, esse movimento geral tem efeitos bem evidentes. A importância dos investimentos estrangeiros para o país cria motivos para que os governos busquem estabelecer um ambiente regulatório atrativo para o capital estrangeiro. Ao mesmo tempo, a dependência desse tipo de recursos torna o país mais vulnerável às recorrentes crises nos mercados financeiros globais e reduz, na prática, sua capacidade de elaborar e implementar, de maneira autônoma, suas políticas. Tornada a situação ainda mais complexa, a Constituição de 1998 aumentou de maneira importante as obrigações do Estado. Uma série de novos direitos foi criada sem que tenha havido previsão clara de formas para sua implementação efetiva. Para buscar enfrentar esses desafios importa discutir, em primeiro lugar, a própria noção de Estado, que, antes visto como uma garantia para as liberdades individuais, é atualmente percebido como ameaça. Ao mesmo tempo, o Estado conhece um duplo enfraquecimento, em sua capacidade de ação e em seus discursos de legitimação. No que tange à capacidade de ação, a globalização impõe limites à tomada de decisões

em âmbito nacional; no que concerne aos discursos de legitimação, a corrosão dos pressupostos da Modernidade industrial afetou fortemente os fundamentos simbólicos da autoridade do Estado. Essas mudanças se articulam com as novas exigências derivadas de maneiras novas de construir identidades e de exigir reconhecimento que problematizam a legitimidade ao desestabilizar leituras tradicionais da igualdade. Essas novas políticas identitárias dialogam com novas maneiras de se compreender a subjetividade. Vista, por vezes, como fenômeno sobretudo negativo, essa mudança pode permitir, também, imaginar uma renovação dos espaços públicos. É este cenário de mutações que se busca investigar.

Projeto: O sistema de justiça brasileiro: desenho institucional e operadores do direito

Linha: Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social

Coordenadora: Luciana Gross Cunha

O sistema de justiça brasileiro, da forma como foi concebido pela Constituição Federal de 1988, aparece, em um primeiro momento, como um conjunto de instituições com o objetivo principal de ampliar o acesso à justiça da população de forma geral. Mesmo antes da promulgação da constituição brasileira, o sistema de justiça já vinha passando por diversas reformas ancoradas no discurso de democratização do acesso à justiça. Porém, a literatura especializada vem mostrando que, apesar disso, na prática não é assim que funciona. Seja pela falta de institucionalização do modelo, seja por variáveis políticas, econômicas e sociais, seja por questões corporativas, o sistema de justiça brasileiro continua sendo caro, lento e ineficiente no que diz respeito aos princípios norteadores do Estado de Direito. Partindo do pressuposto de que as instituições importam e que, no caso do Direito, o funcionamento do sistema de justiça é um instrumento essencial para o desenvolvimento, este projeto de pesquisa tem como

objetivo estudar as instituições do sistema de justiça e o seu funcionamento. Em paralelo ao desenho institucional, os operadores do direito são atores essenciais para entender como as instituições se comportam. Sendo assim, o projeto de pesquisa também terá como foco a composição das carreiras nas instituições do sistema de justiça e a atuação e influências que esses personagens.

Projeto: Redes profissionais e discricionariedade burocrática no STF

Linha: Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social

Coordenadora: Luciana Gross Cunha

A pesquisa está inserida no campo de estudos da autonomia e discricionariedade da burocracia estatal, tendo por objeto o Supremo Tribunal Federal (STF), com os objetivos de: (i) mapear o perfil do seu corpo burocrático; (ii) compreender como ele se configura e opera; e (iii) identificar os fluxos relacionais nas redes profissionais às quais esses burocratas pertencem. Interessa-nos olhar para a composição dos gabinetes dos ministros, incluindo juízes assessores e bacharéis em direito que ocupam cargos em comissão, verificando a existência, o modus operandi, e a influência de redes informais que interferem na escolha desses profissionais. A pesquisa lançará luz sobre a atuação desse corpo de assessores e auxiliares, que pode atuar como mediador, coordenador ou gatekeeper entre diferentes grupos de interesse e os ministros do STF, contribuindo, assim, para o debate público sobre regras de transparência e responsividade da burocracia estatal

Projeto: Responsabilidade, punição e performance do sistema de justiça - Fase 2

Linha: Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social

Coordenadora: Maíra Rocha Machado

A primeira fase deste projeto de pesquisa buscou contribuir para a produção de conhecimento sobre as possibilidades normativas e institucionais de dupla e tripla responsabilização. O projeto interessou-se não apenas pelas dinâmicas do sistema de justiça criminal, mas também pelo modo como são mobilizados outros aparatos de responsabilização jurídica, como o direito administrativo sancionador ou disciplinar, as ações civis públicas e as ações de indenização por danos morais e materiais. Os resultados desse projeto encontram-se em dois estudos de caso, sobre o Massacre do Carandiru e sobre o caso de corrupção envolvendo a construção do prédio do TRT-SP, que integram coletâneas de textos de reflexão e debate sobre os casos e seu contexto (Machado e Ferreira, 2014 e Machado e Machado, 2015). Também contribuem a avançar sobre esta reflexão as dissertações de mestrado de Arthur Prado (2017) e Poliana Ferreira (em andamento).

Nesta segunda fase, o projeto busca avançar sobre as interfaces entre diferentes áreas, instituições e dinâmicas jurídicas em uma etapa específica do processo de responsabilização: a decisão sobre a sanção e o cumprimento das sentenças. Desse modo, no decorrer dos próximos anos, este projeto se debruçará sobre os arranjos normativos, os discursos de justificação e as práticas decisórias do que se denomina usualmente no Brasil “execução penal”. Para avançar sobre esta questão, estão em curso atualmente um subprojeto sobre o tratamento dados pelas cortes constitucionais ao sistema prisional, no Brasil e na Colômbia, por intermédio da figura “estado de coisas inconstitucional”, e um subprojeto sobre as decisões do Tribunal de Justiça de SP que afastam a aplicação de penas alternativas em casos de tráfico privilegiado (pequeno traficante). Integram, ademais, a nova etapa do projeto, a dissertação de mestrado de Patrícia Bocardo, e os pós-doutoramentos de Carmen Fullin e Maíra

Zapater (em andamento). Por fim, o subprojeto “As Penas Radicais no Brasil e no Canadá”, iniciado na primeira fase deste projeto, permanece em andamento, seguindo o cronograma de trabalho definido com os parceiros estrangeiros. Este subprojeto se desenvolve em parceria com dois professores da Universidade de Ottawa (Alvaro Pires e Margarida Garcia) e conta com financiamento da agência canadense *Social Sciences and Humanities Research Council of Canada* (SSHRCC).

Projeto: Pesquisar o direito, com o direito, para o direito

Linha: Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social

Coordenadora: Maíra Rocha Machado

A partir dos resultados obtidos em projeto anterior – “Metodologia de ensino e pesquisa empírica em direito” – este novo projeto lança-se a investigar de que modo diferentes estratégias metodológicas interpelam a dimensão prescritiva e normativa do direito. Quais os desafios para a concepção, o planejamento e a execução de pesquisas que tenham por objetivo descrever, avaliar, explicar, e também, interpretar e prescrever?

Permanece neste projeto a preocupação, iniciada no projeto anterior, com a apropriação das estratégias metodológicas inicialmente desenvolvidas pelas ciências sociais, bem como com a reflexão sobre as especificidades e as implicações dos componentes propriamente jurídicos - documentos, dos informantes e das instituições - no modo de conceber e utilizar essas estratégias. A organização da coletânea “Pesquisar Empiricamente o Direito” pela Rede de Estudos Empíricos em Direito, permitiu um primeiro passo nesse sentido (Machado, 2017).

Neste novo projeto, para além de seguir avançando sobre o interesse e a pertinência do repertório de métodos e técnicas disponível na literatura nacional e internacional,

buscar-se a investigar de que modo os resultados de pesquisas conduzidas a partir de estudos de caso, entrevistas, diferentes tipos de sistematização documental podem tanto contribuir quanto desafiar atividades fundamentais ao mundo jurídico, não apenas no plano jurisdicional mas também no plano das reformas legislativas.

Projeto: Instituições jurídicas do capitalismo em perspectiva econômica e comparada

Linha: Direito dos Negócios e Desenvolvimento Econômico e Social

Coordenadora: Mariana Pargendler

O projeto pretende investigar as origens e consequências econômicas de instituições jurídicas centrais ao capitalismo moderno, tal como o contrato e a sociedade anônima, bem como a sua evolução ao longo do tempo, a fim de melhor apreender a relação entre o regramento jurídico e a organização dos sistemas econômicos e social. A investigação segue duas principais vertentes: (i) examinam-se o grau de diversidade e uniformidade na disciplina jurídica de diferentes países, assim como os fatores determinantes na sua formatação e (ii) avaliam-se os efeitos dos diferentes arranjos para o desenvolvimento econômico e a social. O projeto dialoga com a literatura de direito e economia, direito e desenvolvimento, direito comparado e governança corporativa, bem como com os estudos dogmáticos brasileiros na seara societária e contratual. Pretende-se contribuir para a literatura tanto brasileira como internacional ao se estudar as peculiaridades dos arranjos institucionais prevalentes nos países em desenvolvimento em geral e no Brasil em particular—peculiaridades essas que são usualmente negligenciadas não somente no exterior, mas também na produção jurídica nacional, diante da ausência de um norte comparativo. Além disso, busca-se identificar chaves explicativas e fatores determinantes da evolução do direito que, embora importantes, têm escapado do radar de estudiosos oriundos do mundo anglo-saxônico. Do ponto de vista metodológico, privilegia-se a abordagem interdisciplinar, com o emprego de métodos de direito comparado e de direito e economia. Os dados

empíricos a serem examinados abrangem fontes históricas, decisões judiciais, práticas contratuais, legislação e indicadores econômicos e institucionais, tanto brasileiros como internacionais.

Projeto: A relação entre o Estado Desenvolvimentista e o Estado Regulador

Linha: Direito dos Negócios e Desenvolvimento Econômico e Social

Coordenador: Mario G. Schapiro

O projeto de pesquisa procura analisar as relações estabelecidas entre o Estado Desenvolvimentista e o Estado Regulador. O Estado Desenvolvimentista é uma configuração institucional característica dos países do sul global (países em desenvolvimento) e que tem presidido a organização econômica desses países. Como traços gerais, o Estado Desenvolvimentista conta com decisões discricionárias, envolvimento público na acumulação privada e uma intervenção pública comprometida com o alcance de resultados econômicos definidos pela burocracia. O Estado regulador, por sua vez, é uma configuração institucional originalmente estabelecida nos países do norte global (países desenvolvidos), mas que tem se difundido para os países em desenvolvimento desde os anos 1990. Suas principais características são o estabelecimento de relações menos sujeitas à discricionariedade e mais propensas à formalização institucional, e também uma distribuição de papéis entre as funções normativas, a cargo do Estado, e as funções de atuação econômica, a cargo dos particulares. Nos países desenvolvidos, o Estado Regulador foi concebido como uma alternativa ou um dispositivo de substituição ao dito Estado Empresário. Nos países do sul, no entanto, a literatura tem apontado para uma conciliação entre arranjos desenvolvimentistas e regulatórios. Partindo da premissa dessa conciliação, o projeto pretende analisar seus desdobramentos na regulação financeira, em especial na atuação dos bancos públicos.

Projeto: Alternativas Regulatórias e Governança do Desenvolvimento

Linha: Direito dos Negócios e Desenvolvimento Econômico e Social

Coordenador: Mario G. Schapiro

O objetivo deste projeto é mapear e avaliar as diferentes alternativas regulatórias que conformam as políticas públicas associadas a promoção do desenvolvimento. Em sintonia com a literatura de economia política, este trabalho reconhece que há uma variedade de racionalidades para a intervenção econômica do Estado. Este projeto volta-se a analisar a efetividade e a legitimidade democrática das ferramentas de intervenção econômica, tais como: empresas estatais e bancos públicos; regulações setoriais, estímulos públicos para a autorregulação privada, como os mecanismos de *compliance*. A hipótese do projeto é a de que as diferentes ferramentas regulatórias apresentam diferentes vantagens comparativas para governar os diversos tipos de política pública. O propósito é avaliar a adequação e a inadequação das alternativas regulatórias colocadas em ação pelo poder público.

Projeto: A batalha do aborto no Brasil: atores, arenas e mobilização

Linha: Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social

Coordenadora: Marta Rodriguez de Assis Machado

O projeto investiga o processo político pela regulação do aborto no Brasil, pós Constituição de 1988, focalizando a formação de atores coletivos pro e anti aborto (grupos, organizações, redes de movimento) e a dinâmica de mobilizações e contramobilizações: 1) estruturas e espaços de mobilização dos movimentos pro e anti aborto (organizações e redes); 2) interação com partidos políticos e arenas do Estado (agências governamentais, parlamento, tribunais); 3) repertórios discursivos e uso da

linguagem dos direitos; 4) performances em campanhas públicas. O objetivo da pesquisa é identificar os padrões e as mudanças no processo de confronto, observando as diferentes conjunturas políticas e seus efeitos nas políticas de direitos.

Projeto: Dinâmicas de repressão e de mobilização em protestos no Brasil (2013-2016)

Linha: Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social

Coordenadora: Marta Rodriguez de Assis Machado

O projeto investiga a dinâmica de repressão e de mobilização em manifestações públicas no Brasil (2013-2016), focalizando as interações entre protesto e Estado. A pesquisa visa reconstruir de maneira relacionada três episódios de confronto: o confronto situacional entre manifestantes e polícia nas ruas; o confronto institucional entre ativistas e agências penais; o confronto entre redes de defesa de direitos e o Estado brasileiro através de campanhas nacionais e transnacionais pelo direito ao protesto. O propósito é reconstruir o fluxo de diferentes estratégias estatais repressivas (policciamento, vigilância, prisões, inquéritos policiais e processos criminais), bem como a dinâmica de mobilização em arenas estruturadas por diferentes códigos de ação e linguagem: a arena das ruas, a arena dos tribunais e a arena de campanhas públicas. Variadas metodologias são adotadas: análise de eventos de protesto, estudo de caso de inquéritos policiais e processos criminais, estudo de campanhas.

Projeto: Direito e Relações Econômicas entre Brasil e China: Evidências Empíricas em Contraste

Linhas: Direito dos Negócios e Desenvolvimento Econômico e Social / Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social

Coordenadora: Michelle Ratton Sanchez Badin

A pesquisa proposta objetiva compreender o papel do direito no incremento de relações econômicas entre Brasil e China, sendo este o país com o qual o Brasil mais aumentou o seu fluxo de comércio e investimentos nos últimos anos. Para tanto, serão considerados diferentes níveis regulatórios, desde acordos internacionais a regras nacionais e instrumentos jurídicos de caráter contratual, em especial de financiamento. Além de um recorte temático, este projeto de pesquisa pretende avançar com a experiência de pesquisa qualitativa no campo do Direito, com o emprego de técnicas empíricas, incluindo a análise de discursos e o recurso ao software de análise de dados Atlas.ti. A opção pela pesquisa qualitativa e essa sua abordagem tem em vista ampliar conceitos e categorias do Direito Internacional Econômico, a partir do exemplo de relações econômicas envolvendo países do Sul Global no sistema econômico internacional e instrumentos não tradicionais do Direito Internacional moderno. O presente projeto será desenvolvido no grupo de pesquisa CNPq Núcleo de Direito Global e Desenvolvimento, em interlocução com seus integrantes.

Projeto: Oriente Médio, Desenvolvimento, Rule of Law e Direito Internacional

Linha: Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social

Coordenador: Salem Hikmat Nasser

A investigação de temas históricos relacionados ao Oriente Médio, assim como a dos processos de grande transformação que vêm sacudindo os mundos árabe e muçulmano, tem profundas implicações para o direito internacional. Essa investigação faz surgir inquietações sobre o direito, sobre a qualidade dos sistemas jurídicos e sobre a relação de uma e outra coisa com o desenvolvimento. Entre as inquietações despontam aquelas que dizem respeito à capacidade do direito internacional de

responder às crises e construir uma sociedade internacional mais justa, as que procuram estabelecer as relações entre o direito e outros tipos de normatividade e as que identificam as representações do direito e o modo como diferentes tradições jurídicas se encontram e se relacionam.

Projeto: Rule of Law, Direito Global e Desenvolvimento

Linha: Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social

Coordenador: Salem Hikmat Nasser

O projeto está orientado essencialmente para o estudo da qualidade da regulação normativa ou jurídica das relações internacionais. É assim que se deve entender a referência ao Rule of Law. Enquanto noção associada à qualidade dos sistemas jurídicos e à possibilidade de avaliar essa qualidade, ela permite certamente que o questionamento se faça em relação ao direito internacional público, enquanto sistema ou ordem jurídica específica. Mas, abrindo-se o foco, é possível perquirir sobre a qualidade da regulação, possivelmente proveniente de diversas fontes, jurídicas e não jurídicas, que organizam as relações globais, internacionais ou transnacionais. Há, portanto, uma abertura para a consideração das relações, potencialmente problemáticas entre os vários tipos de regulação e para o balanço resultante em termos de segurança, de funcionalidade, de legitimidade. Além do direito internacional público enquanto sistema jurídico e da coexistência de vários tipos de regulação na esfera internacional, este projeto abarca igualmente o problema específico, resultante da especialização progressiva das relações sociais, que se traduz na noção de regimes internacionais ou globais, que reúne os temas da fragmentação do direito internacional e do pluralismo jurídico ou normativo global.

Projeto: Sistema de *Enforcement* e Regulação do Mercado de Valores Mobiliários

Linha: Direito dos Negócios e Desenvolvimento Econômico e Social

Coordenadora: Viviane Muller Prado

Este projeto de pesquisa tem por objetivo produzir dados e análises sobre a aplicação e exigibilidade das regras jurídicas relacionadas com a disciplina do mercado de valores mobiliários. Os estudos passam pelo desenho institucional, pelas atividades de criação de normas, monitoramento e punição das instituições competentes – isoladamente ou de forma cooperativa. Também busca-se compreender a utilização dos instrumentos jurídicos sancionadores ou para ressarcimento de prejuízos. Na última década, houve um grande aperfeiçoamento da disciplina jurídica do mercado de valores mobiliários, seja por iniciativas de regulação privadas seja por modificações na legislação ou nas novas regras editadas pela Comissão de Valores Mobiliários. Mas pouca é a reflexão sobre o sistema de *enforcement* destas regras. Compreender as deficiências na efetividade do regime jurídico nos parece essencial para a existência de um mercado justo, eficiente e transparente e, por consequência, para que ele represente opção interessante de fonte de financiamento das empresas brasileiras, o que é essencial para o desenvolvimento econômico do país. O Projeto conta com grande apoio social, tendo grande potencial de financiamento por empresas, escritórios de advocacia tributária, setor público e sindicato de auditores fiscais. Hoje já conta com três financiadores interessados: a empresa Natura, o escritório Machado Associados e a Associação dos Agentes Fiscais de Renda do Estado de São Paulo (AFRESP).